



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2024

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Auditório do Centro Cultural Raiano em Idanha-a-Nova, reuniu pelas nove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia vinte e nove de novembro, presidida, pelo senhor António Sousa Lisboa, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do regimento

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. – Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
2. – Participação variável no IRS no concelho de Idanha-a-Nova;
3. – Fixação da taxa Municipal pelos direitos de passagem;
4. – Fixação de taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);
5. Lançamento de Derrama a cobrar no ano de 2025;
6. – Proposta de Adesão INOV@TERMAS – Centro de Inovação e Qualificação – Termalismo, Saúde e Bem-Estar;
7. – Projeto Final de Regulamento do Mercado Municipal de Idanha-a-Nova;
8. – Proposta de PMAC – Plano Municipal de Ação Climática de Idanha-a-Nova;
9. – Proposta de 1ª Revisão da Carta Educativa do Município de Idanha-a-Nova;
10. – Proposta de Ajuste Direto ao abrigo do Acordo Quadro – AQ/44/2021 (Lotes 2,3.1-A e 3.2-A), para a aquisição de gasóleo simples, de gasolina simples 95 octanas e gasóleo e gasolina em cartão eletrónico, ao abrigo do Acordo Quadro -AQ/44/2021 (Lotes 2, 3.1-A e 3.2-A) – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;
11. – Conhecimento da Proposta destinada à constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes, a celebrar com a Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior e outros Municípios da sua área de atuação, bem como, autorizar a delegação de competências na ENERAREA para abertura de um procedimento destinado ao fornecimento de energia elétrica e Proposta de Concurso Público para fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial, baixa tensão normal (BNT) e Iluminação Pública (IP) – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;
12. – Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2025.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificado a ausência da senhora Carla Alexandra de Mendonça Galveia, substituída pelo senhor Américo dos Santos André e do senhor João Luís Marques Rego Geraldês, substituído pelo senhor Lourenço Malhadas

As ausências encontram-se justificadas.

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu por aberta a sessão tendo de seguida dado início à discussão dos assuntos inseridos no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Presidente da Mesa informou que antes de dar conhecimento da correspondência recebida se iria proceder à votação da ata da sessão do dia trinta de setembro.

Tendo sido enviado aos senhores deputados a versão provisória da ata, o senhor Presidente da Mesa solicitou aos senhores deputados se tinham a apresentar alterações à mesma.

O senhor deputado Paulo Baptista solicitou a palavra e disse. *“relativamente às atas, normalmente não costumo pronunciar-me, mas hoje e recordando, sem querer não alargar-me muito sobre a forma como está, neste momento, a ser utilizado para as atas, em que se utiliza o discurso direto e o discurso indireto, uma vez que é uma transcrição, parece-me que talvez houvesse uma outra forma de harmonizar isto, mas de qualquer das maneiras tem a ver com um problema que foi aqui focado na última sessão da assembleia houve alguém do público que resolveu falar e apresentar uma carta aberta. Não podendo ler a carta aberta, o que era obvio dado o tempo que iria utilizar, pediu para que a carta fosse apenas à ata, e eu como não li a carta e queria ler a mesma, pensei que viria na ata, mas a mesma não consta da ata, ou seja, fiquei sem saber que a aceitação por parte da mesa, que no passado já tinha sido pensado outras, que porventura esta também pudesse lá estar e queria saber qual é o esclarecimento que a mesa poder dar relativamente a isso.”*

O senhor Presidente da Mesa disse que *“efetivamente nessa sessão foi solicitado pela cidadã Graça Passos que essa carta fosse apenas à ata e eu nessa hora informei que a carta não iria ser apenas, porque se tratava de uma carta dirigida ao senhor Presidente da Câmara, mas se o senhor deputado tem o interesse em ler essa carta, eu farei chegar ao senhor deputado uma cópia dessa carta.*

Não havendo mais pedidos de alteração, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata, informando que os senhores deputados Américo dos Santos André e Ana Filipa Canilho Fonseca não poderiam votar a mesma em virtude de não terem estado presentes na sessão, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis:

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em virtude deste resultado a ata número catorze, foi aprovada por UNANIMIDADE

Seguidamente informou da correspondência recebida, nomeadamente de um mail enviado pelo senhor deputado Hugo Rego com o seguinte teor:

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova

Assunto: comunicação para os efeitos do n.º 4 do Artigo 49.º do RAMIDN

Hugo Rêgo, deputado à Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, vem, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do Artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, comunicar a V. Exa. que se desvinculou do Grupo Municipal do Movimento Para Todos, e que pretende exercer o seu mandato como independente.

Com os mais respeitosos cumprimentos,

O deputado Municipal.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Também, no dia dezoito de dezembro, recebemos um outro mail, enviado pelo Grupo Municipal do Movimento para Todos, com o seguinte teor:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova.

Na sequência da desvinculação do Deputado Municipal Hugo Rego, do Grupo Municipal do Movimento Para Todos, a qual tivemos conhecimento, pelo próprio, em conversa telefónica, no dia 24/novembro/2024, vimos por este meio efetuar algumas considerações, assim como solicitar o seguinte:

Em 29/novembro/2021, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, procedeu à eleição de dois representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa. À data, o Grupo Municipal do Movimento Para Todos apresentou uma lista, da qual e em face do resultado e aplicado o método de Hondt, foi eleito dessa lista um dos representantes da Assembleia Municipal, estando esse cargo atualmente a ser preenchido pelo Deputado Municipal Hugo Rego, até então afeto ao Grupo Municipal do Movimento Para Todos.

Na Assembleia Intermunicipal e no que concerne à perda de mandato, diz a alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do Regimento da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, o seguinte: “após a eleição se inscrevam em Partido Político diverso daquele pelo qual foram apresentados ao sufrágio.” Se por um lado, não temos qualquer informação escrita que o Deputado Municipal em questão se tenha vinculado a qualquer partido com assento na Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, por outro lado também nada nos garante que não tenha acontecido ou venha mesmo a acontecer.

O Movimento Para Todos não quer contribuir para situações que aparentam violar os princípios da ética e legalidade, os quais devem reger o exercício das funções públicas, nem comprometer potencialmente o bom funcionamento e a credibilidade das instituições envolvidas.

Face ao exposto, e por considerarmos de extrema importância que o assunto seja do conhecimento de todas as instâncias competentes envolvidas, solicitamos a V.Ex.ª que informe esta Assembleia, bem como a Mesa da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, do teor deste e-mail, solicitando-lhe também quaisquer outros esclarecimentos ou medidas que considerar adequadas.

Na certeza de que este tema será tratado com a devida atenção, aproveito para manifestar os meus melhores cumprimentos e agradecer a dedicação de V. Ex.ª ao serviço público.

Pelo Grupo Municipal do Movimento Para Todos – Mov.PT.”

O senhor Presidente da Mesa referiu que “respondendo já a este segundo mail, efetivamente o artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova refere no seu número quatro que, os membros que não integrem qualquer Grupo Municipal, ou que dele se desvinculem, comunicam o facto ao Presidente da Assembleia e exerce o seu mandato como independente, e foi isso que foi pedido, e quanto ao resto, se se vinculou a outro partido, a Mesa da Assembleia Municipal não tem conhecimento. Perante esta situação, o senhor deputado Hugo Rego toma o seu lugar nesta assembleia como deputado independente.”

Mais referiu o senhor Presidente da Mesa o seguinte, “já que referi o Regimento da Assembleia Municipal quero fazer o seguinte esclarecimento: o artigo 19.º do Regimento refere que em cada sessão ordinária há um período Antes da Ordem do Dia, um período da Ordem do Dia e o período de Intervenção do Público.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

O artigo 41.º, N.º 2 do Regimento refere que será considerado faltoso o membro da Assembleia que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos, ou, do mesmo modo, se ausentar definitivamente antes do termo da reunião.

Chamo isto à atenção, porque tem sido, com alguma frequência, verificar-se que aquando da discussão dos últimos pontos da ordem de trabalhos, alguns senhores deputados se ausentam definitivamente, sem qualquer justificação e outros quando elementos do público tomam a palavra abandonam a sala.

De modo a dignificar esta Assembleia Municipal, a assinatura da folha de presença será feita no final de cada sessão.”.

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Adalgisa Dias que disse “Início a minha intervenção dirigindo-vos um voto de boas festas: um feliz Natal e um próspero Ano Novo.

Uma das grandes preocupações do nosso território, desde longa data, é a população, neste caso a falta dela. Estamos numa espiral - “onde não há pessoas não há serviços, onde não há serviços não há pessoas” – situação que, alias, é transversal a toda a Europa. Finalmente, a União Europeia parece estar a encarar este problema com mais seriedade e assertividade.

O Programa de Cooperação Territorial Europeia URBACT tem como objetivo promover o desenvolvimento urbano e sustentável na Europa. É um instrumento da Política de Coesão, cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, nos 28 Estados-Membros, a Noruega e a Suíça.

A Estratégia Recomeçar em Idanha-a-Nova mereceu a distinção pela URBACT, como boa prática e em reconhecimento da inovação e da resiliência dos territórios de baixa densidade, como é o nosso, o que reforça a relevância da estratégia.

O combate é difícil? É. Os resultados nem sempre são os esperados? Sim. Desistir é uma opção? Não.

A URBACT valoriza a estratégia do Município de Idanha-a-Nova por ser participativa, integrada e replicável. Trata-se de um reconhecimento que eleva a política pública da autarquia ao palco europeu, promovendo as boas práticas desenvolvidas e abrindo portas para colaborações internacionais.

Esta distinção traz consigo oportunidades concretas:

Maior visibilidade: O projeto será promovido pelos canais oficiais do URBACT ao longo de 2024 e 2025, colocando Idanha-a-Nova como exemplo para outras localidades da Europa.

Participação no Festival da Cidade URBACT, em abril de 2025, na Polónia, onde poderemos apresentar as nossas políticas inovadoras e atrair novos parceiros e ideias.

Liderança em redes URBACT: Este reconhecimento abre a possibilidade de liderarmos futuros projetos no programa, partilhando a nossa experiência e aprendendo com outras cidades europeias.

Fortalecimento de parcerias: A nossa autarquia está agora numa posição privilegiada para construir redes de cooperação que promovam boas práticas nas dimensões económica, social e ambiental.

Esta estratégia reflete a capacidade de Idanha em reinventar-se e preparar o futuro. Este reconhecimento da União Europeia tem por base resultados conseguidos. O “Recomeçar em Idanha” é uma resposta às dinâmicas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

despovoamento, criando condições para atrair novos residentes e investidores, promovendo a sustentabilidade e consolidando o nosso território como um espaço de inovação e bem-estar.

É essencial que todos nós, como representantes da comunidade, continuemos a apoiar e divulgar esta iniciativa. Precisamos de garantir que as oportunidades que dela advêm sejam aproveitadas ao máximo, integrando toda a população no processo de desenvolvimento e reforçando a mensagem de que Idanha-a-Nova é uma terra de futuro. Em conclusão, esta distinção não é um prémio, é antes um convite. Um convite para agir, para cooperar e para liderar... para reforçar o nosso compromisso em construir um concelho mais vibrante, sustentável e atrativo.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Joaquim Laranjo, Presidente da Junta de Freguesias de Oledo que disse “venho aqui hoje agradecer ao senhor Presidente da Câmara pela intervenção que fez na Ponte de S. Gens, resultante das minhas intervenções nesta assembleia solicitando que alguma coisa fosse feita na iluminação do referido lugar. Dizer também que algumas manutenções serão nas diversas paragens de autocarros dado o seu estado, em alguns casos, lastimoso.

Estou há onze anos como Presidente de Junta de Freguesia, e há uns dez anos atrás falámos em alguns problemas que tínhamos de resolver na Freguesia de Oledo. Algumas foram feitas, mas muitas ainda ficaram por fazer, como por exemplo a Estrada Nacional na qual se solicitou alguma sinalização nas passagens de peões bem como a colocação de sargetas para evacuação das águas pluviais. A colocação de água no espaço de lazer na Nave Grande, onde existe o ringue e a Associação de Caça. Também a reparação das ruas com alcatrão e que têm buracos já há muitos anos e necessitam de uma reparação urgente e como estamos no final desta caminhada solicitava ao senhor Presidente da Câmara para ter em atenção estas obras de melhoramento para a freguesia.”

De seguida, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Daniel Fonseca que disse “antes de mais, só um esclarecimento relativo à correspondência que nós enviámos. O mail que enviámos é meramente indicativo e informativo. Não queremos que seja feito qualquer ato, é somente para esclarecer.

O Regime Jurídico das Autarquias Locais, previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como em outros diplomas legais, estabelecem o quadro normativo aplicável às autarquias locais e aos seus órgãos, nomeadamente às Câmaras Municipais e as Assembleias Municipais.

É neste contexto que menciono uma ferramenta que deveria ser o principal foco de qualquer Órgão executivo. A TRANSPARÊNCIA.

A transparência, numa Câmara Municipal é fundamental para garantir a participação cidadã, o controlo democrático e a confiança nos órgãos do poder local. Existem leis e mecanismos que regulamentam e promovem a transparência nas autarquias locais, assegurando que todos os cidadãos tenham acesso a informações públicas e que possam acompanhar a respetiva gestão autárquica.

Mas, também sabemos que a falta de transparência, é uma situação grave, pois compromete e inibe o acesso dos cidadãos à informação pública violando os princípios fundamentais da democracia. É também a falta de transparência um referencial indicador na hipotética corrupção, quer ativa, quer passiva. A transparência e o combate à corrupção são pilares fundamentais na gestão pública eficiente e com a devida ética.

A transparência é um dos pilares fundamentais que não poderá ser apenas teórica e servir de retórica, mas sim condição indispensável para garantir uma governação justa, com ética e focada no bem-estar da população.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Como responsáveis eleitos, devemos assegurar que cada euro do orçamento municipal seja gasto de forma eficiente e transparente. A população tem o direito de saber como os recursos públicos são geridos, quais são as prioridades, e de que forma as decisões tomadas nos diferentes órgãos afetam o seu dia-a-dia.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, é neste contexto que lhe saúdo a sua coragem, no cumprimento do dever de todos nós. Temos pela primeira vez a publicação do Edital com a ordem de trabalhos desta Assembleia na página da Internet do Município de Idanha-a-Nova, para conhecimento de todos os interessados, assim como também, a publicação das Atas desta Assembleia referentes ao ano 2024.

Infelizmente, não poderemos dizer a mesma coisa referente à Câmara Municipal.

O separador do “Índice da Transparência Municipal” existe, mas o que consta nele pouco ou nada é atual.

Não existe a publicação de uma única Ata. As Atas das reuniões da Câmara Municipal devem ser publicadas obrigatoriamente e acessíveis ao público. A não publicação conforme estipulado, é uma violação aos princípios da transparência.

A publicação de Atas, assim como outros documentos administrativos devem obrigatoriamente estar disponíveis a qualquer cidadão, de forma simples, permitindo acompanhar as decisões da Câmara Municipal e de forma autónoma avaliar o seu impacto.

Transparência e combate à corrupção não são responsabilidades exclusivas dos eleitos, poderão não ser tarefas fáceis, mas são absolutamente necessárias. É essencial envolver a comunidade no processo de tomada de decisão e fiscalização.

Um sistema governativo que reina na confusão e que aceita e permite a opacidade e faz da má gestão o dia-a-dia, não é de todo coerente com as obrigações para as quais foram eleitos.

O impedimento da sociedade civil a informações básicas, a resistência ou demora na disponibilização de documentos de forma atempada e clara, é passível de revelar problemas internos, com processos desorganizados, criando desconfiança da população com suspeitas de má gestão ou até práticas menos éticas.

Poderíamos apontar muitos exemplos, menciono apenas dois, ambos questionados na última Assembleia, e os quais passados três meses ainda não tiveram qualquer esclarecimento.

- Balanço e contas da Feira Raiana e concurso do cartão saúde envolto em embrulhadas de comissões, originou que a lei do mercado fosse desvirtuada.

A falta de resposta ou a recusa injustificada no fornecimento de documentos administrativos pode acarretar sanções legais. Saliento que, em caso de recurso ao Tribunal Administrativo, o mesmo tem decidido reiteradamente a favor dos cidadãos em casos de obstrução ao acesso à informação.

Senhoras e senhores deputados, a transparência não deve ser vista como um fardo administrativo, mas como uma oportunidade para fortalecer a confiança entre a Câmara Municipal e os seus munícipes. Um Presidente de Câmara que se esconde atrás de burocracias e omissões só alimenta suspeitas e prejudica a relação com a comunidade.

O acesso à informação não é apenas uma exigência legal, mas uma ferramenta de governação participativa. Quando disponibilizamos informação de forma clara e acessível, permitimos que os cidadãos participem de forma informada no debate público, contribuindo para melhores decisões. Temos a noção que nem todos saberão lidar com isso.”

Seguidamente usou da palavra o senhor deputado José Claro que disse “ é com grande satisfação que uso da palavra para destacar a dinâmica extraordinária que tem caracterizado o nosso território e as atividades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

promovidas e apoiadas pelo Município de Idanha-a-Nova ao longo dos últimos meses. Desde setembro o nosso concelho tem sido palco de um conjunto de iniciativas que não são apenas eventos isolados, mas sim verdadeiros motores de riqueza e envolvimento comunitário. A dinâmica das nossas associações locais, têm vindo a demonstrar uma capacidade notável de agregar pessoas, revitalizar tradições e trazer inovação ao nosso quotidiano. Entre os destaques menciono, a celebração dos dez anos da Universidade Sénior, marcando uma década de animação artística e formação contínua.

Concertos e residências artísticas que trouxeram novos olhares ao património local. A semana da alimentação e o Idanha Food LAB, promoveram, promovendo hábitos saudáveis de sustentabilidade. A Estratégia Recomeçar em Idanha, distinguido como boa prática pelo programa URBACT. A apresentação do Bio Bairro Digital, um marco para a inclusão digital e inovação local. O Festival Fora do Lugar que é sinónimo de uma simbiose entre o património e a música. O Festival dos vinhos e licores que celebrou o melhor da produção local. A programação de Natal que já anima todas as localidades do nosso concelho. A celebração do Protocolo cooperativo entre quarenta e cinco entidades para a estação náutica de Idanha-a-Nova.

Este vasto leque de atividades só é possível graças ao apoio e empenho do município e dos seus funcionários que reconhecem o papel vital das associações e outras organizações na valorização do território.

Ao mesmo tempo destaca-se o papel dos trabalhadores da nossa Câmara Municipal, cujo esforço e dedicação merecem o mais sincero agradecimento. Sem o seu trabalho incansável muitas destas iniciativas não teriam alcançado tão grandioso êxito. Estes eventos não só promovem o convívio e a coesão social, como também atraem visitantes e dinamizam a economia local. A restauração, o alojamento, o comércio local e outros serviços beneficiarão diretamente desta nova vitalidade.

Em conclusão, o sucesso destas iniciativas é resultado de um esforço coletivo. O Município, as associações, os trabalhadores da Câmara Municipal e a nossa população, em conjunto estamos a construir um concelho mais dinâmico, inclusivo e preparado para os desafios futuros. Com entusiasmo e confiança olhamos para o novo ano que se aproxima, certos de que este caminho traçado continuará a fazer frutos para bem de todos nós e de todos os idanhenses.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, usou da palavra o senhor deputado Paulo Baptista que disse “senhor Presidente continuo a ter um problema, com os óculos não vejo, sem os óculos também não e esta coisa é muito baixa, mas veremos o que poderemos fazer. Eu ouvi as intervenções anteriores, e só um reparo senhora deputada, eu ouvi com muita atenção a sua intervenção, aliás, como sabe e a senhora falou em debater ideias e participar em reuniões, mas eu pergunto para quê? Para se reinventar e falou no programa Recomeçar. Quais os resultados do programa Recomeçar. Efetivamente o que é que nós conseguimos? Conseguimos aumentar a população residente em Idanha-a-Nova? Toda a gente diz, nós estamos a fazer coisas e as pessoas vêm-nos ver. Nós precisamos de mais gente a viver cá.

Ouvi também o senhor José Claro e eu acho que o senhor vive intensamente isto e entende isto, mas também entenda que não quero só que as pessoas venham. Também admiro o trabalho das pessoas da câmara, aliás a câmara é um mundo porque tem tanta gente cá que alguma coisa há-de fazer. Há muitas iniciativas, mas eu quero é fixar pessoas e para isso tem que haver políticas e estas políticas não estão a funcionar. Portanto tem que haver outras políticas para fixar as pessoas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Relativamente à Feira Raiana eu também tenho sérias dúvidas sobre algumas coisas e gostaria de ver esclarecidas. Acredito que isso venha a ser feito num futuro imediato, mas vou ficar a aguardar e não quero alongar-me com isso. Gostava de fazer aqui uma referência ao senhor Presidente da Câmara para uma coisa. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oledo, por várias vezes veio aqui reclamar, mas o que é engraçado, é que ele vem reclamar, mas também vem agradecer. Isto demonstra efetivamente que a pessoa que veio, o Presidente de Junta com responsabilidade veio aqui dizer o que concorda e o que discorda, e é isto o que se pretende que façam as pessoas aqui e é pra isso que nós estamos cá.

Não vale a pena hostilizá-lo como foi feito no passado, porque o senhor, afinal de contas, está a defender os interesses dos seus concidadãos.

Senhor Presidente da Assembleia, eu ouvi as suas justificações relativamente às ausências prematuras de algumas pessoas, ou dos atrasos em algumas chegadas. Mas também temos que considerar que muitas vezes há ausências temporárias que a pessoa tem que sair da sala por necessidade, por saturação, e parece-me redutor que diga que se não ficam até ao final levam falta. Certamente que terá que haver aqui alguma condescendência, que não duvido que o senhor a tenha.

Senhor Presidente da Câmara, o senhor tem-nos brindado, não sabendo se por vontade própria ou não, com a sua presença na televisão semanas seguidas, e semanas seguidas a falar de um assunto que tem a ver com a Câmara Municipal que já falámos na assembleia passada e que eu gostaria de ver esclarecida. Refiro-me a uma sentença transitada em julgado, onde a câmara perdeu e foi condenada a pagar uma compensação de trezentos e vinte mil euros, que entretanto já vai em quatrocentos e sessenta mil, são cento trinta mil euros de diferença, e gostava de saber quem é que vai assumir estes cento trinta mil euros, se já foi paga, se vai ser paga até fim do ano, porque, senhor Presidente, já apareceu numa outra entrevista a dizer que vai atuar desta vez contra a artista e contra mais alguém que eu não percebi que era, mas parece-me que este assunto é de tal maneira importante que carece de alguma explicação.”

Não havendo mais pedidos de intervenção por parte dos senhores deputados, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder,

O senhor Presidente da Câmara disse “respondendo aqui a algumas questões que me foram colocadas, começo pela questão do URBACT, que ao mesmo tempo será para responder a alguns senhores deputados. Este não foi um prémio, não nos deram nenhuma taça, mas o URBACT foi um reconhecimento, de uma boa prática, por parte da União Europeia. Foram reconhecidas na Europa cento e dezasseis boas práticas. Esta boa prática não foi só por uma boa intenção que em 2015, quando lançámos o Recomeçar, que vai até 2025, exatamente quando mandamos esta nossa candidatura, mandamos os resultados obtidos, e os resultados obtidos são Instituto Nacional de Estatísticas. Nós não podemos utilizar o Instituto Nacional de Estatísticas quando os resultados são negativos para dizer mal de Idanha. Quando os resultados são positivos temos que utilizar os dados estatísticos dos fluxos migratórios, da população juvenil, do aumento do número de alunos nas nossas escolas, de mais economia, de mais empresas, etc., etc. Mas temos tudo resolvido? Não. Temos o saldo natural já resolvido? Não. Nós tínhamos uma população muitíssimo envelhecida, uma população ativa baixa e uma população juvenil baixa, e o que estamos a conseguir é diminuir este saldo natural. Fluxos migratórios já há vários anos que estamos a conseguir, ou seja, são mais os que vêm dos que os que saem. E por isso é que aumentamos o número de alunos nas nossas escolas. São



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Miguel D'Acha chegou a ter dois alunos no Jardim de Infância, e tem hoje dezoito alunos no Jardim de Infância e catorze no berçário. O mesmo no Rosmaninhal, e que este ano o Ministério da Educação reconheceu novamente a abertura do Jardim de Infância. Portanto isto demonstra o quanto nós estamos a conseguir inverter os números. A Carta Educativa, que hoje aqui vem, as projeções demográficas que existiam era a diminuição do número de alunos, e o que nós temos nos últimos quatro anos é um aumento do número de alunos. E não falamos apenas dos alunos da ESGIN ou da Universidade Sénior, falamos dos berçários, dos Jardins de Infância, dos primeiro, segundo e terceiro ciclos e do secundário. Esta é a realidade estatística, por muito que custe a algumas pessoas que aqui vieram falar e wu não conseguem ver ou não querem ver. E foi isto que a Comissão Europeia reconheceu., e que o programa Recomeçar trouxe.

Antes disto tínhamos a campina de Idanha vazia, sem economia. Hoje está cheia. O preço da terra na campina da Idanha era três mil euros o hectare e ninguém comprava, mas agora é de trinta mil euros o hectare e não há terra para venda. Esta é a diferença.

Respondendo ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oleo quero dizer-lhe que olharemos para essas suas preocupações, assim como estamos a olhar para todas as preocupações de todas as freguesias do concelho, e que certamente no próximo ano terão um desenlace positivo.

Queria também responder, de uma forma muito direta ao senhor deputado Daniel Fonseca, relativamente ao seu discurso de transparência e falta de transparência. Já o disse muitíssimas vezes que nunca me verão a mim a patrocinar qualquer meu colaborador, ou alguém que colabore comigo, nunca ouvirá de mim uma palavra para que façam cartas anónimas de denúncias cobardes. Nunca. Mas fá-lo-ei de olhos nos olhos relativamente às denúncias de falta de transparência e de falta de ética. Ontem levei à reunião de Câmara essa falta de ética e essa falta de transparência do vereador José Adelino Gameiro. Olhos nos olhos, e que vai mara o Ministério Público.

Lembro-me que quando começamos as eleições autárquicas anteriores, o senhor vereador José Adelino Gameiro, numa radio veio dizer; votem em mim que a seguir este senhor Presidente vai perder o mandato, apesar dos tribunais demorarem a tomar suas decisões, mas ele vai perder o mandato, portanto vão ter que escolher outro novo presidente. Daí para a frente tem sido um rol de cartas anónimas sobre a câmara e a minha pessoa. Sempre disse que não escreve nenhuma carta anónima. Se são anónimas não se sabe quem as manda, mas que se colou sempre às cartas anónimas, aos processos que foram discutidos em tribunal e pediu a minha acusação, é verdade, mas o que aconteceu foi exatamente a minha absolvição. E portanto, este foi o tipo de estratégia política que o Movimento sempre fez.

Falta de transparência, falta de ética, e isto ainda só vai no adro e o senhor deputado Daniel Fonseca que aqui veio falar, também tem os telhados de vidro, e, portanto, cá virá, e quero ver se o senhor nessa altura aqui virá falar sobre a falta de transparência e a falta de ética. O senhor também já foi gestor e saberá certamente o que fez. E como diz o povo, quem o diz é quem o é.

Respondendo ao senhor Paulo Ribeiro sobre o processo Cristina Rodrigues. É verdade, lá se montou mais um filme, como tem sido desde apanágio e eu nunca tive o mandato como este onde foram montados filmes nos jornais, televisões, etc.. Mas sobre o assunto já o esclarecemos, mas certamente e que o senhor deputado Paulo Ribeiro só viu o programa da Fátima Felgueiras, mas não viu aquilo que nós explicámos sobre o processo e que já expliquei aqui muitas vezes. Com total transparência sempre o fizemos. Não é verdade que nós tenhamos perdido o processo, como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

já o explicamos aqui muitas vezes. A ação principal que a Cristina Rodrigues apresentou em tribunal, foi contra o Município e o funcionário Paulo Longo e ela exigia de nós uma indemnização de um milhão, cento e cinquenta mil euros. O tribunal na decisão absolveu o funcionário Paulo Longo e entendeu que a Cristina Rodrigues teria que pagar setenta por cento das custas e o Município trinta por cento, ou seja o Município ganhou e que ela não contestou pelo que o processo transitou em julgado.

Nessa sentença o tribunal foi bem claro dizendo que a Câmara Municipal não tem que guardar ou preservar as peças artísticas. No entanto os nossos funcionários trataram das peças como tratavam as demais existentes no Centro Cultural Raiano, apesar da forma como ela tratava esses mesmos funcionários e as suas peças. Também quando nós tínhamos que lhe entregar as peças, as mesmas imediatamente ficaram à sua disposição, mas ela nunca as veio levantar apesar das nossas insistências. Passados dois anos, quando ela as veio levantar, num dia de chuva e com uma carrinha aberta colocaram tudo em monte na carrinha. Depois ela veio dizer que as peças estavam destruídas e, portanto, o tribunal, se faz favor dê-nos o dinheiro correspondente às peças porque estavam destruídas. E o tribunal negou dessa sua pretensão, e, portanto, nós, novamente ganhámos a ação. Ela contestou e foi para a relação, e a relação deu-lhe razão. Uma tremenda injustiça porque ninguém compreende esta sentença da relação.

Obviamente que eu tenho que cumprir a sentença, mesmo discordando dela, e é aqui que eu digo eu na política tem que ser feita com ética, porque o senhor vereador José Adelino Gameiro tinha que vir defender os interesses da Câmara Municipal, dos funcionários da Câmara Municipal, mesmo sendo da oposição deveria estar na linha da frente a defender, mas não, para atingir os seus fins não olha a meios, mesmo que isso seja denegrir os funcionários da câmara, seja prejudicar a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. E, portanto, foi uma vergonha, e como disse Sá Carneiro a política sem ética é uma vergonha, e foi uma vergonha aparecer um vereador da oposição na televisão a falar mal dos idanhenses, da Câmara Municipal e dos funcionários da Câmara Municipal

. Isto é que é falta de ética, mas enquanto for Presidente de Câmara defenderei os interesses da câmara, dos funcionários até onde houver uma possibilidade de defender, e é o que vai acontecer com este processo.

Mas também vou dizer mais uma coisa e que demonstra a falta de ética e transparência. Foi dito na televisão que nós temos trinta e oito processos e que nós estamos a querer passa-los para o próximo Presidente de Câmara. Pois eu estou a gerir um processo que vem do tempo do doutor Francisco Batista, que terminou agora e já alguém me ouviu dizer na comunicação social que o doutor Batista fez isto ou aquilo. Alguém já me ouviu dizer isto, mas andei aqui a defendê-lo, porque é do interesse da Câmara Municipal, e entendo que o doutor Batista, quando cá esteve com certeza que tentou fazer aquilo da melhor forma e não tenho dúvidas disso, mas nós fomos condenados agora e, no entanto, andou aqui vinte anos. Porquê? Porque estou aqui para defender os interesses da Câmara Municipal. Esta é a postura e a ética com que devemos estar na política, coisa que o senhor vereador José Adelino Gameiro não sabe estar, e digo isto olhos nos olhos. Mas digo isto com tristeza, e portanto, o processo Cristina Rodrigues, obviamente cá estaremos para defender os interesses do Município, e porque aquilo que foi dito na televisão, é claramente uma queixa crime de difamação agravada e, portanto, vamos levar isto por diante. Contra quem? Cristina Rodrigues e outros cidadãos. Vamos ver quem serão os outros cidadãos. Certamente quem patrocinou tudo isto, quem difamou a Idanha, quem difamou os idanhenses, quem difamou a Câmara Municipal, quem difamou os funcionários da Câmara Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Enquanto cá estiver defenderei os interesses da Idanha, dos idanhenses, da Câmara Municipal e dos funcionários da Câmara Municipal.”

Terminada a intervenção do senhor residente da Câmara, e senhor Presidente da Assembleia disse “antes de passar aos assuntos da Ordem do Dia, só um esclarecimento. Efetivamente senhor deputado Daniel Fonseca eu só li o mail, porque solicitava que do mesmo fosse dado conhecimento à assembleia, não retirando quaisquer ilações daí, mas informo que na próxima sessão da assembleia de fevereiro se terá que proceder à eleição de dois representantes suplentes para a Assembleia da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, dado que neste momento já não existem suplentes para que, em caso de vacaturas haja substituto.”

Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão dos assuntos do

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse “quando faço as perguntas não quero, de forma alguma, dar azo sejam aqui digladiados argumentos contra pessoas que não se podem defender de acordo com as regras impostas pelo Regimento da Assembleia. Não acho que seja muito correto estramos aqui a atacar vereadores que não têm o direito de usar da palavra aqui. Não tenho nada a ver com o assunto, ouvi aqui atentamente como todos os senhores, mas talvez, senhor Presidente da Mesa, seja bom pedir que haja alguma contenção nas intervenções.

Posto isto, cá temos nós, aquilo a que eu comecei por chamar o Facebook da Câmara Municipal porque tem imensas coisas giríssimas, como por exemplo, reunião GNR e Procuradoria, sete participantes, assembleia municipal, sessenta participantes, eu não sei se somos nós incluídos mais os outros, se são os outros que não somos nós. Mas vem aqui muita informação, e há que dar estes papéis. Recebi mais de mil e duzentas folhas o que é muito papel.

Na informação vem a Casa de Saúde de Idanha-a-Nova e tem aqui uma série de atendimentos, uns números finais entre consultas médicas e enfermagem, que totalizam duzentos oitenta, e a Unidade Móvel tem aqui imensos atendimentos, três mil trezentos e dezasseis e total de atendimentos, e cá estamos nós e temos aqui um problema da estratégia do município que o senhor Presidente já aqui o disse várias vezes, e eu continuo a chamar à atenção aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia que isto é articulado com a Unidade de Saúde de Castelo Branco, não é articulado diretamente aqui, supõe-se que seria também, e eu chamaria à atenção que destes atendimentos todos vão substituir muitas vezes os atendimentos que seriam feitos nos postos médicos, e portanto, os médicos deixam de ir, pelo que temos cada vez menos médicos e menos gente no interior, mas teremos todos muito que pensar nisto e ver como é que conseguimos resolver desta situação.

Nos capítulos da receita, temos as receitas de capital com uma percentagem demasiado baixa, estamos com 44,3% e estamos a um mês de terminar o ano, e isto reflete o otimismo dos orçamentos baseados em hipotéticas receitas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

tentem acompanhar o meu raciocínio, Isto tem a ver com a alteração dos rácios, Se porventura a receita é diminuta em relação ao que está previsto, então vamos ver que isto depois se vai refletir na despesa corrente, e a despesa corrente vai subir imenso, ou seja, temos menos investimento e aumentamos a despesa corrente.

Temo uma taxa de execução, que os números não deixam enganar alguma precisão, mas temos uma receita que aumentou quase 30% em relação a 2020, e portanto tudo isto se poderia traduzir em mais investimento e não tanto em despesa corrente, mas é a minha interpretação, e já se viu que apesar de usar estes argumentos não consigo motivar os senhores Presidentes de Junta de Freguesia a votar no mesmo sentido que eu quando são apresentados os orçamentos, provavelmente eu devo estar errado

No caso da despesa com pessoal, já vamos com 37,5% da despesa total.

A um mês de terminar o ano temos uma execução de investimento em despesas de capital de 22,33% e estes 22,33% refletem-se num saldo de tesouraria, no reflexo da não utilização de valor de capital.

O que melhorou substancialmente, e porque eu estou sempre a chamar à atenção disso, e não posso estar a falsear números, é o prazo médio de pagamentos que neste momento é de 18 dias.

Relativamente à aquisição de bens e serviços gostava que o senhor Presidente da Câmara me esclarecesse sobre a Aquisição de projetos de especialidade para reabilitação de imóveis na Rua 1.º de dezembro/Rua de S. Pedro, em Idanha-a-Nova e reabilitação de imóvel na Avenida Mouzinho de Albuquerque, em Idanha-a-Nova – antiga casa do Juiz, vamos adquirir projetos a uma empresa chamada Acustalbi, Ld.ª. Eu não consigo entender como é que é possível a câmara não ter meios para fazer isso? A Câmara tem um gabinete técnico que o senhor Presidente está sempre a elogiar. Não vejo qual será a necessidade de estarmos a adquirir serviços no exterior quando temos meios próprios nos nossos serviços.

Depois temos aqui uma coisa engraçada, como sabem agora falamos tudo em bio. Bio, há aqui uns anos era motivo de brincadeira, mas agora não, e há uma série de iniciativas que levam a cabo a alimentação bio, e então estamos a encomendar a uma empresa, a SOCOMEBIO, cuja sede não é Idanha-a-Nova, compras no total de cento e setenta e dois mil euros. Não há empresas em Idanha-a-Nova que possam fornecer este tipo de alimentos? Possivelmente não haverá, mas fala-se tanto em bio e há tantas iniciativas em bio e vai-se comprar isto tudo fora? É um pouco estranho.

Gostaria também de chamar à atenção uma série de aquisições que são feitas por ajustes diretos e como os valores são significativos gostava de chamar a atenção dos senhores Presidentes de Junta para isso e façam o favor de ver bem os documentos aqui apresentados, uma pequena consulta e podemos debater isto entre todos, não é serem só alguns a lerem os documentos.”

Seguidamente usou da palavra o senhor deputado José Claro que disse “já que se falou do orçamento, também perdi algumas noites em volta do orçamento que é muito extenso, mas dá para compreender que é um bom orçamento. Para alguns pode não ser um bom orçamento, e votam contra entendendo que votando contra estão a contribuir para o bem do concelho de Idanha, o que não corresponde à verdade, e votando contra este orçamento.

O senhor Presidente da Mesa chamou à atenção do senhor deputado que não se estava a discutir o orçamento, mas sim a informação sobre a situação financeira e atividade do Município, pelo que não poderia continuar a sua intervenção. Essa intervenção deveria ser feita aquando da discussão do ponto doze da Ordem de Trabalhos, e aí sim poderia usar da palavra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Daniel Fonseca que disse *“falando é ética, de facto é pouco ético atacar um vereador numa Assembleia Municipal nesse teor, mas pronto. Fiquei sem perceber se a queixa ao Ministério Público é do Presidente da Câmara, da Câmara Municipal ou de quem é.*

O senhor Presidente da Mesa chamou à atenção do senhor deputado para falar sobre o assunto que estava em discussão e não sobre outros.

O senhor deputado Daniel Fonseca retomou a palavra e disse *“não vou referir as taxas de execução, já que o senhor deputado Paulo Ribeiro já o fez, mas gostaria de chamar aqui à atenção para, também dentro das taxas, para três ou quatro situações. Concordo com o senhor deputado Paulo Ribeiro quando não há receita a despesa corrente vai aumentar, o investimento vai diminuir e isso está refletido no quadro quer das GOPs, quer do PPI e depois nas Ações Mais Relevantes.*

E quero chamar a atenção para a taxa de execução em termos de investimento na educação, quando estavam previstos quinhentos setenta e cinco mil euros, foram gastos sessenta e um mil euros, sendo a taxa de execução de 10,7%. Também a Cultura onde estavam previstos um milhão, quatrocentos quarenta mil euros, foram gastos duzentos e nove mil euros, sendo a execução de 14,6%. Na Ação Social, Saúde e Habitação, de investimentos estavam previstos dois milhões, quatrocentos vinte e cinco mil euros, foram gastos quatro mil, setecentos cinquenta e oito euros, taxa de 0,2%.

Portanto, isto é revelador daquilo que realmente é o investimento e as prioridades da Câmara Municipal, se bem que agora as prioridades também são outras.

Quanto a questões queria fazer apenas uma, sabemos que foi aprovado em reunião de câmara, no início do ano, um empréstimo de curto prazo, pelo que gostaríamos de saber qual o montante que foi utilizado e se, uma vez que tem que ser no próprio ano civil utilizado e pago, em que ponto da situação está essa situação.”

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse: *respondendo às questões que foram colocadas, de facto este procedimento concursal muito específico que fizemos para aquisição de especialidades para os imóveis da Rua 1.º de Dezembro e os restantes enunciados, algo que já trouxemos aqui e estamos a fazer no âmbito do PRR um investimento muito significativo, de mais de dois milhões de euros, para a reabilitação destes imóveis e para os quais fizemos projetos de arquitetura, e esses foram feitos dentro dos nossos serviços, mas os projetos de especialidades entendemos recorrer fora, porque felizmente as nossas equipas a fazer muito trabalho e por isso decidimos recorrer a serviços de especialidades para estas áreas, de modo que depois desses projetos elaborados possamos fazer os concursos públicos para beneficiação de casas a preços acessíveis no âmbito da nossa estratégia de habitação.*

É verdade que os nossos gabinetes têm feito grande trabalho, muitos planos, muitos projetos e poupamos muitíssimo dinheiro, mas quando é necessário, obviamente, que recorremos a serviços externos, porque não temos a capacidade de fazer tudo.

Também o senhor deputado Paulo Ribeiro falou sobre os concursos do SOCOMBIO, e estamos a falar de concursos públicos e, portanto, nós não podemos limitar os concursos públicos a empresas do concelho de Idanha-a-Nova, e sendo concurso público todos podem concorrer.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024**

Falou-se também da Feira Raiana e no Cartão de Saúde. Na Feira Raiana e nunca ouvem tanto processo na organização, com tanta transparência como desta vez. Até levamos o programa todo da Feira Raiana para uma reunião do executivo e discutimos com todos os senhores vereadores da oposição, foram introduzidas alterações propostas pela oposição e o mesmo foi votado por unanimidade. Sobre a apresentação dos resultados, serão oportunamente apresentados. Os resultados do Boom Festival levaram dois anos a serem concluídos. Sobre o empréstimo de curto prazo o mesmo será pago até final do ano."

Terminada a discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO DOIS: PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA – O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais sobre a proposta apresentada.

O senhor Presidente da Câmara disse" *nada mais tenho a acrescentar, dados que a proposta é clara e vem no seguimento das apresentadas nos anos anteriores, assim como as propostas dos pontos três, quatro e cinco, pelo que solicito a aprovação de todas elas.*"

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Não havendo qualquer pedido de intervenção por parte dos senhores deputados, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à *PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA*, tendo sido apurado o seguinte resultado.

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

"FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA."

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO TRÊS: FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL PELOS DIREITOS DE PASSAGEM — O senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024**

Não havendo pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à *PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL PELOS DIREITOS DE PASSAGEM*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL PELOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2025, NOS TERMOS DA ALÍNEA b) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NO VALOR DE 0,25%.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do

PONTO NÚMERO QUATRO: FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) –

O senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à *PORPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS-IMI.”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do:



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024**

PONTO NÚMERO CINCO: LANÇAMENTO DA DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2025 – O senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição par a uso da palavra.

Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de informação, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à *PROPOSTA LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2025*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA NO SENTIDO DE SE EFETUAR O LANÇAMENTO DE DERRAMA E SEJA CONSIDERADO O VALOR DE 0.01%, A COBRAR NO ANO DE 2025.”**

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

13. PONTO NÚMERO SEIS: PROPOSTA DE ADESÃO INOV@TERMAS – CENTRO DE INOVAÇÃO E QUAÇIFICAÇÃO – TERMALISMO, SAÚDE E BEM-ESTAR - O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para, querendo, prestar esclarecimentos sobre a proposta.

O senhor Presidente da Câmara disse “isto tem a ver com o PROVER Termas e a ideia é podermos integrar as Termas de Monfortinho nas Termas do Centro de Portugal, de modo a podermos integrar esta estratégia de financiamento e valorização das Termas do Centro de Portugal.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo usou da palavra o senhor deputado Paulo Baptista que disse “ a minha pergunta é relativamente simples. Isto implica um pagamento e, portanto, passa a pertencer a uma organização e eu gostava de saber quais são os benefícios diretos que são tirados para residentes, ou se porventura haverá porque não vi nada no documento, e digo isto, porque antigamente os utilizadores das Termas de Monfortinho e residentes em Monfortinho tinham benefícios para poderem utilizar as termas em períodos que não fossem de ponta, pelo que gostava de saber se há benefícios para os residentes.”

O senhor Presidente da Câmara disse “o balneário das Termas de Monfortinho é uma entidade privada e nós temos sempre articulado com esta gestão formas de podermos levar os nossos cidadãos e isso tem acontecido em diversos programas que desenvolvemos ao longo do ano no âmbito dos apoios sociais. A nossa integração neste consórcio do ÇPFROVER Termas é podermos ajudar o nosso balneário termal a ter mais utentes, mais aqvistas, dar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

mais notoriedade, num trabalho em rede das Termas do Centro de Portugal, e, portanto, o nosso objetivo será sempre a dinâmica económica deste balneário e desta estrutura em Idanha-a-Nova.”

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à **PROPOSTA DE ADESÃO INOV@TERMAS – CENTRO DE INOVAÇÃO E QUALIFICAÇÃO – TERMALISMO, SAÚDE E BEM-ESTAR**, tendo sido apurado o seguinte resultado

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE ADESÃO INOV@TERMAS – CENTRO DE INOVAÇÃO E QUALIFICAÇÃO – TERMALISMO, SAÚDE E BEM-ESTAR.”**

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO SETE: PROPOSTA DE PROJETO FINAL DE REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA – O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente para, querendo, prestar esclarecimento sobre a proposta.

O senhor Presidente da Câmara disse *“na sequência do que aqui já dissemos várias vezes os nossos serviços estão a fazer um trabalho de levantamento das necessidades de podermos ter regulamentos, alguns desatualizados e outros que não existiam, também olhando ao normativo legal, e nessa sequência, e como se trata de um regulamento de eficácia externa aqui trouxemos este regulamento que urge regularizar e adaptar à realidade atual.”*

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à **PROPOSTA DE PROJETO FINAL DE REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024**

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE PROJETO FINAL DE REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA.”**

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do assunto do

PONTO NÚMERO OITO: PMAC – PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DE IDANHA-A-NOVA – O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre a proposta.

O senhor Presidente da Câmara disse *“obviamente este é um plano que visa ser um plano de ação para prepararmos o Município para eventos climatéricos que, atendendo às alterações climáticas, são mais suscetíveis de acontecer. E, portanto, cada vez mais todos nós, quer a nível da proteção civil, quer a nível de todas as entidades, precisamos de estar mais preparados para minimizar os efeitos das alterações climáticas, que são uma realidade. Daí, este Plano de Ação Climática de Idanha-a-Nova.”*

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Não havendo qualquer inscrição, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à proposta do *PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DE IDANHA-A-NOVA*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE PMAC – PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DE IDANHA-A-NOVA.”**

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do assunto do



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024**

PONTO NÚMERO NOVE: PROPOSTA DA PRIMEIRA REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA – O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais sobre a proposta.

O senhor Presidente da Câmara disse “*o executivo apresenta esta proposta da primeira revisão da carta educativa que é um documento muito extenso e complexo pelo interesse que tem a área da educação para nós, envolvendo muitos atores e identificando muito bem as nossas necessidades e aquilo que é a nossa perspetiva de desenvolvimento de futuro.*

Como já referi aqui, a carta educativa demonstra-nos bem o crescimento do número de alunos no concelho de Idanha-a-Nova em diferentes localidades do Município. A escola de Monsanto reabriu há uns anos atrás e este ano foi reaberto o pré-escolar na Freguesia do Rosmaninhal pelo Ministério da Educação. De futuro teremos que equacionar o alargamento da escola de Monsanto dado o número de alunos na localidade. Em Idanha-a-Nova os estabelecimentos de ensino do pré-escolar e primeiro ciclo estão lotados, assim como na Freguesia de Ladoeiro.

A carta educativa reflete bem isto e reflete o crescimento que Idanha tem tido em termos estatísticos, não só nos fluxos migratórios positivos, no número de filhos por mulher em idade fértil, mas também os bons níveis de instrução e qualificação da população, maior juventude da população residente., a forte redução do analfabetismo, a recente retração do envelhecimento, a desaceleração do ritmo de perda de população, valores da mortalidade infantil praticamente nulos e recentes valores para os indicadores de fecundidade muito favoráveis. Tudo isto reflete uma carta educativa de crescimento em Idanha e também se reflete na carta educativa o que temos no orçamento para dois mil e vinte e cinco um maior investimento de capital, quer na reabilitação de todas as nossas escolas e centros escolares e equipamentos de apoio à atividade educativa e também a escola sede do Agrupamento que vai ter a sua reabilitação.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Mesa informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo usou da palavra o senhor deputado Daniel Fonseca que disse “*solicitava apenas uma retificação, no documento diz que o documento foi aprovado por unanimidade do executivo, a informação que tenho é que foi aprovado por maioria, dado que o Movimento para Todos se absteve. E porque é que esta abstenção aconteceu? O senhor Presidente da Câmara disse que o PDM é um documento muito bem elaborado por técnicos, mas com a abstenção do Movimento para Todos. É claro que o Movimento para Todos se vai abster sempre nessa situação e lo senhor Presidente começa por dizer que a carta educativa é um documento extenso e complexo, mas, no entanto, dá aos vereadores da oposição quarenta e oito horas antes. Portanto, é impossível um documento extenso e complexo como é a carta educativa, e como mais é o PDM, com cerca de mil páginas, que seja avaliado em quarenta e oito horas. Portanto, dá-se o benefício da dúvida, e se por acaso quer ter mais vezes os vereadores da oposição, juntamente com o senhor, certamente os terá, mas entregue os documentos mais cedo, a fim de eles serem devidamente estudados e analisados. Obviamente que vamos votar a favor este documento.”*

Seguidamente usou da palavra o senhor Joaquim Chambino, Presidente da Junta de Freguesias de Rosmaninhal que disse “*é com grande satisfação que me dirijo a esta assembleia, para falar de um tema central para o futuro do nosso município, em geral e da minha freguesia o Rosmaninhal, em particular, a educação. Recentemente tivemos a reabertura do Jardim de Infância do Rosmaninhal, agora sob a titela do Ministério da Educação*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Este é um marco significativo que merece ser celebrado, não apenas pelo aumento do número de alunos, mas também pelo reconhecimento e impactos políticos educativos e do investimento contínuo da nossa autarquia.

Este esforço reflete-se em melhorias concretas que vão além das infraestruturas, promovendo a eficiência energética, conforto térmico e acima de tudo práticas pedagógicas inovadoras e sustentáveis.

No que me diz respeito, uma escola que estava fechada há uns anos atrás em que o Presidente da Junta, e muitos apregoavam que o investimento financeiro e registos, abri-la era uma parte de recursos e tempo. Ora mesmo o tempo deu-nos razão e a si, senhor Presidente da Câmara Municipal e a Junta estivemos juntos nesta batalha, estamos juntos no presente e estaremos juntos nas batalhas que haja para travar no futuro. Permita-me ainda destacar um ponto que me enche de orgulho coletivo. No âmbito da revisão da carta educativa do Município de Idanha-a-Nova, validada pelo Conselho Municipal de Educação, foi encomendado um estudo a uma consultora independente em que estimava estável o número dos alunos, setecentos e trinta no ano de 2022-2023, setecentos e trinta em 2023-2024 e setecentos e vinte em 2024-2025.

Contudo a realidade supera largamente estas projeções, graças à estratégia de políticas educativas implementadas pelo município. Registamos oitocentos cinquenta alunos no ano letivo de 2022-2023, e atualmente, mil alunos no ensino público e privado. Estes números, que incluem desde o berçário, pré-escolar, ensino básico, secundário e profissional, evidenciam que o nosso trabalho está a produzir resultados concretos reconhecidos, mesmos pelos mais céticos. Ao refletir-mos sobre estes avanços torna-se evidente que o nosso município é exemplo de referência do investimento nas pessoas. e no nosso futuro. Estes compromissos com a educação, beneficiam não apenas as crianças e jovens, mas também a população adulta e sénior.

Convido, assim, todos os presentes nesta assembleia a continuarem a apoiar o incentivo a estas iniciativas, pois através de uma educação de qualidade, abrangente e acessível para construir um futuro próspero.

De 2015 a 2024 nasceram no Rosmaninhal trinta e uma crianças, mas muito em breve estão para nascer mais duas. O povo do Rosmaninhal fica-lhe grato pela iniciativa de abrir a escola.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente de Junta, o senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse “só queria dizer ao senhor deputado Daniel Fonseca, mesmo com aquilo que aqui veio dizer, demonstra bem a forma como estão. Este documento esteve em discussão pública e até o senhor, que não é vereador, poderia ter contribuído para ele. Portanto essa história das quarenta e oito horas é uma falácia. Se quisessem contribuir, poderiam ter dado os contributos que quisessem. Não foi por falta de tempo e isso é um argumento, em termos políticos, que demonstra como os senhores estão na política.”

O senhor deputado Daniel Fonseca solicitou a palavra e disse “senhor Presidente da Câmara, o senhor quando quer ter algum argumento dá a volta à situação de uma forma que até eu fiquei com dúvidas daquilo que realmente tinha dito. Eu não disse aqui que os vereadores queriam dar qualquer contributo. Obviamente que nós sabemos que os contributos dão-se nesse tipo de sessões, o que lhe disse é que, apesar dele estar em discussão pública, provavelmente ninguém garante que no fim tenha exatamente a mesma forma. Os vereadores não sabem quais foram os contributos, quem deu contributos, qual foi a alteração ao documento? Daí que estes documentos com alguma complexidade e extensos, e foi o senhor que o disse, que devam ser dados aos vereadores com uma antecedência, a fim de darem contributos, porque não é nesta altura que dão contributos. Não é nessa altura de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

votação que dão contributos. O contributo positivo que lhe poderão dar, é votá-lo a favor, como nós o vamos fazer agora aqui. Simplesmente isso.”

O senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra e disse “os senhores é que tentam justificar o que não é justificável. Poderiam ter contribuído, e se quisessem contribuir conheciam o documento de fio a pavio, como eu li o documento n vezes, e não foi só na discussão pública, e claramente, mais uma vez isso é um argumento que não pega. O senhor não leu o documento e tinha tido tempo para ler o documento, se se interessasse pela educação, e a questão das quarenta e oito horas, se soubesse e tivesse participado nele e o que tinha havido de contributos, numa hora saberia e não são necessárias quarenta e oito horas, como eu o fiz. Eu conhecia o documento de fio a pavio porque me interessa a questão da educação. Aqui demonstra o quanto os senhores vereadores, e já agora os senhores deputados, não se interessaram por isso. Nada. Como também não se interessam pelo desenvolvimento do concelho de Idanha. Esta é a minha opinião.”

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal relativa à *PROPOSTA DA PRIMEIRA REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE 1.ª REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA.”**

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do assunto do

PONTO NÚMERO DEZ: PROPOSTA DE AJUSTE DIRETO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO – AQ/44/2021 (LOTES 2, 3.1-A E 3.2-A), PARA AQUISIÇÃO DE GASÓLEO SIMPLES, DE GASOLINA SIMPLES 95 OCTANAS E GASÓLEO E GASOLINA EM CARTÃO ELETRÓNICO, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO – AQ/44/2021 (LOTES 2, 3.1-A E 3.2-A) – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais.

O senhor Presidente da Câmara disse. “habitualmente trazemos qui este tipo de concurso público que é feito dentro do normativo que aqui é explicado para aquisição de combustíveis para a normal atividade do município.”

O senhor Presidente da Mesa informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Terminado o mesmo foi dada a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse “a minha pergunta aqui é relativamente simples e gostava de pedir ao senhor Presidente da Mesa que fizesse o favor, o senhor deputado Daniel já falou nisso. Realmente o documento que vem com a deliberação, vem da Câmara Municipal não é suficiente claro sobre deliberações, porque confunde muitas vezes a deliberação com a deliberação do envio do documento à Assembleia Municipal, razão pela qual eu peço que solicite um melhor esclarecimento.

O senhor Presidente da Câmara disse que isto é um concurso público, mas depois é uma proposta de ajuste direto. Fiquei com a dúvida se afinal se trata de concurso público ou se é ajuste direto, gostava de perceber. Gostava de chamar a atenção para uma coisa se porventura me pode explicar, é que este contrato estipula o valor mínimo, mas não se compromete com o valor previsto de desconto máximo em situação alguma. Pelo que solicito se pode dar algum esclarecimento sobre isto.”

O senhor Presidente da Câmara disse “exatamente, isto é uma proposta de ajuste direto ao abrigo do cordo quadro, ou seja, estamos a falar das compras públicas, mas para melhor esclarecimento solicito que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penha Garcia que trata diariamente com este tipo de concursos.”

O senhor Raul Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Penha Garcia disse “eu ainda há pouco tempo abri um concurso deste tipo, e fala-se em ajuste direto, mas o que há por detrás deste ajuste direto? Há um acordo quadro onde houve concursos públicos internacionais na plataforma CONECT, e depois as entidades públicas podem concorrer através de um ajuste direto porque já foi feito um concurso público internacional. Assim é uma maneira mais fácil de ter descontos. Há cerca de três anos fiz um concurso público para aquisição de combustíveis e o desconto máximo que tive foi de dez cêntimos, e com este ajuste direto o desconto máximo vai para vinte cêntimos. Isto porquê? Porque esta plataforma faz um concurso público internacional para milhões de litros de combustível e no caso, se fizéssemos um concurso público para milhares de litros, logo o desconto terá que ser menor.

Assim a plataforma faz esses concursos públicos internacionais e depois as câmaras só têm que fazer ajustes diretos, porque o concurso público internacional já foi feito.”

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à PROPOSTA DE AJUSTE DIRETO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO – AQ/44/2021 (LOTES 2, 3.1-A E 3.2-A), PARA AQUISIÇÃO DE GASÓLEO SIMPLES, DE GASOLINA SIMPLES 95 OCTANAS E GASÓLEO E GASOLINA EM CARTÃO ELETRÓNICO, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO – AQ/44/2021 (LOTES 2, 3.1-A E 3.2-A) – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024**

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE AJUSTE DIRETO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO – AQ/44/2021 (LOTES 2, 3.1-A E 3.2-A), PARA AQUISIÇÃO DE GASÓLEO SIMPLES, DE GASOLINA SIMPLES 95 OCTANAS E GASÓLEO E GASOLINA EM CARTÃO ELETRÓNICO, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO – AQ/44/2021 (LOTES 2, 3.1-A E 3.2-A) - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA P PROCEDIMENTO EM APREÇO.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do assunto do

PONTO NÚMERO ONZE: CONHECIMENTO DA PROPOSTA DESTINADA À CONSTITUIÇÃO DE UM AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES, A CELEBRAR COM A AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO INTERIOR E OUTROS MUNICÍPIOS DA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, BEM COMO, AUTORIZAR A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ENERAREA PARA ABERTURA DE UM PROCEDIMENTO DESTINADO AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL, BAIXA TENSÃO NORMAL (BNT) E ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

– O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais.

O senhor Presidente da Câmara disse *“aqui é o mesmo exemplo e é a nossa chefe de divisão Joana Rossa que tem a área da energia e lidera isto com a ENERAREA, que é uma associação que engloba municípios na área da energia e o objetivo é ajudar os seus parceiros, e a ideia é podermos fazer um concurso público para aquisição de energia a melhores preços.”*

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa a *CONHECIMENTO DA PROPOSTA DESTINADA À CONSTITUIÇÃO DE UM AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES, A CELEBRAR COM A AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO INTERIOR E OUTROS MUNICÍPIOS DA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, BEM COMO, AUTORIZAR A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ENERAREA PARA ABERTURA DE UM PROCEDIMENTO DESTINADO AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL, BAIXA TENSÃO NORMAL (BNT) E ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA AO CONHECIMENTO DA PROPOSTA DESTINADA À CONSTITUIÇÃO DE UM AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES, A CELEBRAR COM A AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO INTERIOR E OUTROS MUNICÍPIOS DA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, BEM COMO, AUTORIZAR A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ENERAREA PARA ABERTURA DE UM PROCEDIMENTO DESTINADO AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL, BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) E ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.”

O senhor Presidente da Mesa, antes de passar à discussão do ponto doze informou que se iria suspender a sessão por dez minutos, a fim de preparar os equipamentos informáticos necessários à apresentação da proposta de orçamento e grandes opções do plano.

Terminado o período de suspensão da sessão, o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do **PONTO NÚMERO DOZE: PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2025** – O senhor Presidente da Mesa informou que a metodologia a seguir na discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos seria a mesma que se tem utilizado nos anos anteriores, ou seja, primeiramente a apresentação do documento pela chefe de divisão financeira e patrimonial, depois a intervenção dos senhores deputados e finalmente o senhor Presidente da Câmara. Se necessário, haveria uma segunda volta de intervenções. Assim foi dada a palavra à senhora Elza Gonçalves, chefe de divisão que fez uma apresentação do documento em PowerPoint, começando por enquadrar o documento na legislação vigente. Seguidamente informou do valor total da proposta de orçamento, quer na receita, quer na despesa ser de quarenta e seis milhões, setecentos e sessenta e sete mil e trezentos e setenta e quatro euros. O valor total das receitas correntes é de vinte e cinco milhões, cento sessenta e um mil cento cinquenta e seis euros, e a receita de capital ser de dezassete milhões, seiscentos e cinco mil, novecentos e dezoito euros, sendo que o total da receita efetiva ser de quarenta e dois milhões, setecentos sessenta e sete mil, trezentos setenta e quatro euros, e não efetivas de três milhões, trezentos e vinte mil euros. No capítulo da despesa, a corrente ser no valor de vinte e quatro milhões, trezentos trinta e dois mil, trezentos e dois euros, e de despesa de capital dezanove milhões, quinhentos trinta e cinco mil e setenta e três euros. Em percentagens a despesa de capital é de 42% e corrente de 53%. Na receita, 55% de receita corrente e 38% de receita de capital. Também fez a apresentação da desagregação das receitas e das despesas por rúbricas. Referiu os diversos projetos a incluir nas Grandes Opções do Plano, em que incluem as Atividades Mais Relevantes, no valor de trinta e um milhões, quatrocentos e quatro mil, novecentos e sessenta e seis euros que representam 68%, e o Plano Plurianual de Investimentos no valor de catorze milhões, seiscentos oitenta e dois mil e quatrocentos e nove euros, que representa 32%.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Terminada a apresentação do documento, o senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse *“senhora chefe de divisão, quero agradecer-lhe a sua apresentação claríssima e que quase dispensava aquela leitura prévia, muito maçadora, das regras que nós as temos aqui, mas compreendo perfeitamente que ao apresentar este trabalho também não custa nada ouvirmos as regras que sustentam tudo isto que foi feito. Eu quero agradecer a todos os chefes de divisão e trabalhadores da Câmara Municipal pelo trabalho que desenvolveram durante este ano e não quero que depois venham dizer que eu estou sempre a diminuir isso e que não é o que eu faço, de forma alguma. De qualquer das maneiras quero agradecer a toda a gente menos os responsáveis pelo aquecimento desta casa, porque estamos todos congelados e é por isso que isto está a andar depressa. Doze pontos e já vamos embora para casa.*

Senhora chefe de divisão, gostava apenas que me esclarecesse apenas a questão dos passivos financeiros de três milhões, trezentos e vinte mil euros que estão em receitas não efetivas. Qual serão destino? Como é que isto depois é mexido? Temos aqui três milhões, trezentos vinte mil e um euros que são receitas não efetivas e isto é o quê? São empréstimos de longo e de curto prazo ou o que é isto? É que eu não ouvi a explicação. Gostava também de saber o que é que são as despesas não efetivas no valor de dois milhões, duzentos e vinte mil euros. Finalmente gostava que me explicasse relativamente às transferências de capital, em que estão referidos dezassete milhões, seiscentos mil, novecentos e catorze euros, e só consegui encontrar aqui justificação efetiva para dois milhões, setecentos oitenta e nove mil, seiscentos, seiscentos e oitenta e um euros. Com certeza não soube procurar nos locais adequados e por isso gostaria de saber se me poderia dar satisfação a estas dúvidas, e depois referir o facto das escolas todas receberem setenta mil euros.”

De seguida usou da palavra o senhor deputado Daniel Fonseca que disse *“A análise detalhada ao orçamento e grandes opções do plano para 2025 exige responsabilidade e, acima de tudo, um compromisso com os interesses da nossa população.*

É neste sentido que nos suscita preocupações legítimas sobre a continuidade da estratégia de gestão financeira que está a ser adotada pelo Presidente da Câmara Municipal. O constante inflacionamento dos orçamentos, e que este documento não é exceção, tem levado a consecutivos incumprimentos legais.

A decisão de aumentar a receita para compensar o cumprimento da despesa, nomeadamente, com a rubrica de pessoal, em níveis mínimos legalmente exigidos, suscita dúvidas sobre a sustentabilidade e a justiça deste orçamento.

Esta abordagem de compensar o aumento da despesa com um crescimento artificial da receita é arriscada. Caso as receitas previstas não se materializem, como se tem vindo a provar na execução de anos anteriores, o município pode enfrentar dificuldades graves, incluindo a incapacidade de cumprir obrigações financeiras básicas ou de responder a emergências. É essencial que o orçamento seja baseado em projeções realistas e sustentáveis, e não em suposições otimizadas que podem não se confirmar.

Os projetos comunitários são uma oportunidade crucial para atrair financiamento externo, promover o desenvolvimento local e responder às necessidades da população. Contudo, a ausência de informações claras sobre a origem, os montantes e os critérios de aplicação dessas receitas suscita sérias preocupações. A falta de informação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

devidamente certificada impede-nos de compreenderem como esses recursos são obtidos, pois à data não têm qualquer parecer da sua viabilização ou aprovação.

Salientamos que dos 12 milhões e meio de euros inscritos como fundos transferidos no mapa da página 199, apenas se encontram devidamente aprovados e garantidos cerca de dois milhões de euros referente ao PRR e não há ainda qualquer garantia de aprovação nos fundos relacionados com o PT2030.

Falamos por isso e só nesta rúbrica um inflacionamento sem qualquer previsão de mais de dez milhões.

Outro ponto preocupante é que a ausência de um planeamento claro, pode levar à subutilização ou até à perda de fundos comunitários. Projetos mal planeados ou mal geridos podem resultar na devolução de verbas ou bloqueio de futuras candidaturas, o que seria um desperdício de oportunidades para o nosso município. Temos como exemplo muito recentemente o projeto da Ciclovia, com um decréscimo de cerca de 20%, por incapacidade de execução financeira.

Ao analisar-mos as previsões de investimento, constatamos uma grave falta de alinhamento com as necessidades prioritárias da população. Os projetos megalómanos, já assíduos, quer neste, quer em anteriores documentos previsionais, mas que nem assim terão a atenção devida, não passam de uma intensão, não passam do papel, mesmo em áreas cruciais, nomeadamente na área da educação, saúde, habitação e requalificação de infraestruturas básicas.

Mais um orçamento que falha em dar respostas a problemas estruturais que têm afetado os nossos cidadãos há anos, como por exemplo a degradação dos postos da Guarda Nacional República, propriedade do Município, degradação das ETARs, com esgotos a correr a céu aberto, degradação das estradas da responsabilidade do Município, transportes, saúde, habitação....

E as promessas eleitorais de há três anos, como por exemplo, praia fluvial de Segura de Salvaterra do Extremo, Parque da Música, Requalificação do Cineteatro de Idanha, construção da nova ESGIN, parque de campismo, plano de ordenamento da barragem Marechal Carmona, Lagares de Proença a Velha, o Laboratório Terra, o Idanha Rural Parque, entre outros, mencionados neste orçamento, não se percebendo o porquê, pois não têm qualquer financiamento definido, logo não haverá qualquer intenção da sua execução, mas que mesmo assim aparecem com um aparatoso montante de cerca €23 milhões de euros.

Não concordamos nem podemos permitir que as prioridades sejam invertidas e que os problemas mais urgentes continuem sem solução.

Este orçamento, ao não cumprir com as disposições legais da Lei das Finanças Locais, representa não só um problema de legalidade, mas também de responsabilidade política e ética.

É dever desta assembleia zelar pelo rigor e pela legalidade da gestão camarária, rejeitando documentos que não respeitem as normas que nos regem.

Por estas razões, manifestamos o nosso voto contra a este orçamento e grandes opções do plano”.

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Alberto Umbelino que disse “por livre e espontânea vontade assisti á apresentação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025 na sessão ordinária da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova no passado dia 29 de novembro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Registei unanimidade na classificação do documento/orçamento apresentado como um instrumento dinâmico e flexível, apto a adaptar-se às exigências de um contexto em constantes transformações.

Já discordo, quando o Senhor Vereador do Movimento Para Todos evoca tratar-se de um Orçamento sem surpresas e eleitoralista.

Até que tenha razão no que diz respeito a não ter ficado surpreendido, pois o Orçamento prossegue uma estratégia de coesão económica e os princípios subjacentes a uma Idanha Solidária, de grande ambição e valorização das pessoas e do território.

De eleitoralista. Não se me afigura que exista aqui uma ação política que tenha como prioridade o sucesso eleitoral e não o interesse da comunidade.

E prossigo a discordar. Porquê? Os montantes apurados e inscritos neste Orçamento foram calculados seguindo as regras previsionais definidas no Plano Oficial Contabilidade das Autarquias Locais e no respeito igual das Normas de Controlo interno do Município de Idanha-a-Nova. Logo, Senhor Vereador este orçamento nada tem de EMPIRICO.

Sim o que este Orçamento garante são princípios de responsabilidade e transparência na gestão dos recursos públicos.

Senhor Presidente Senhores Deputados.

Para a construção de um território coeso e moderno é imprescindível estabelecer estratégias de cooperação institucional, e esse tem sido e continuará a ser um desígnio que não abandonamos.

Na última década o orçamento da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, fruto das estratégias implementadas, cresceu 273% passando de 16 milhões euros para os atuais 46 milhões. As receitas correntes subiram 192% e as receitas de capital aumentaram 764%.

A maneira de dinamizar o território idanhense de maneira sustentável e integradora, é a implementação e ou expansão de projetos com relevância, que sejam elementos-chave para a criação de oportunidades para o crescimento económico, fixação das populações e da sua sustentabilidade.

E para este grande objetivo estratégico, onde incluímos também a transição energética, a transição climática, a mobilidade sustentável e a economia circular, não podemos deixar de referir projetos como:

Eficiência energética e modernização de edifícios municipais onde incluímos o Arquivo e a Biblioteca

Requalificação do edifício da GNR

Modernização das Piscinas Municipais

Continuação das melhorias do Estádio Municipal

Requalificação do Complexo Desportivo das Termas Monfortinho

Melhorias no Parque de Campismo

Requalificação Pavilhão Gimnodesportivo do Ladoeiro

Requalificação de Todas as Escolas Básicas do concelho

Melhorias Jardins de Infância de Termas Monfortinho e São Miguel de Acha

Requalificação e ampliação da Escola Básica José Silvestre Ribeiro

Beneficiação de Lares de Terceira Idade e Centros de Vida Assistida

Substituição, modernização e beneficiação de abastecimento das redes de água e regadio, mais concretamente no Ladoeiro e Monfortinho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Ampliação e conservação da rede de águas e equipamentos em geral

Reabilitação de arruamentos e estacionamento no concelho

Beneficiação e pavimentação de caminhos e estradas municipais

Sinalização rodoviária no concelho

Projeto de inovação digital como o Bio Bairro promovendo a modernização do comércio local

Projeto como o Bio Campus Cilento uma residência inovadora para estudantes

Melhoria das infraestruturas de saúde até ao apoio a programas de prevenção e bem estar

Apoio às Famílias em diferentes níveis desde saúde, à habitação e alimentação

Apoio às IPSSs na construção, ampliação e beneficiação dos equipamentos e infraestruturas

Valorizar a cultura e as tradições locais como estratégia para promover o turismo, a economia local e a preservação do património cultural

Reforço de forma consistente no investimento na Segurança, na Proteção Civil e nos Bombeiros Voluntários

Novo impulso na área da Habitação através de políticas e medidas, como a Estratégia Local da Habitação. Sabemos que é uma estratégia a médio prazo e que inclui 5 programas específicos para estudantes, população idosa ou com necessidades especiais, população em situação de risco e de exclusão social, população em carência financeira e população em geral. Ainda dar continuidade às políticas territoriais em curso como Áreas de reabilitação urbana/ARU, Programas Especiais de reabilitação Urbana / PERU e as Operações Especiais de reabilitação urbana /ORU.

E seguramente poderia enunciar muitos mais compromissos nas áreas da valorização do turismo, nas apostas no mundo rural e revitalização do interior, promoção do empreendedorismo, investigação, inovação tecnológica e formação profissional.

Não importa só fazer um balanço do passado, mas sim e também um balanço para o futuro

Estamos otimistas quanto ao futuro, não por todos os motivos, mas tão só, por aqueles que conseguimos dominar, ou sejam, mais de carácter endógenos.

Que futuro queremos? Desde o início da guerra na Ucrânia, a guerra no Médio Oriente e agora mais recentemente na Síria, ditam tempos de difícil previsão. Lembrar que em cada 5 crianças só 1 não está em guerra. Desde a 2ª guerra mundial nunca estivemos num período tão belicista como aquele que vivemos atualmente.

Dar passos concretos é criar oportunidades, é criar emprego, é criar condições de habitabilidade, é criar escolas, é cuidar da saúde, é criar riqueza, é criar uma sociedade inclusiva que coloca as pessoas no centro da tomada de decisões.

A cidadania mais do que um estatuto ou um conjunto de direitos, é uma responsabilidade e um exercício constante de pertença e participação. É especialmente um compromisso para com a sociedade em que vivemos.

Assim sendo, só quem não dedicou tempo ao estudo e análise da Proposta do Município de Idanha a Nova do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025, pode votar contra. A não ser que o faça por sistema. Ou utilizem o chavão não nos revemos neste orçamento. De facto, dada a abrangência do mesmo é impossível votar contra tudo e consequentemente contra todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Feliz Natal e que o Ano 2025 seja menos belicista, mais humano, mais generoso, com mais paz, mais amizade, menos pobres pois a pobreza dá azo á fantasia e deixa os desejos suspensos e que saibamos continuar a aceitar que os políticos são chamados a cuidar da fragilidade dos povos e das pessoas.

Seguidamente, lo senhor Presidente da Mesa disse “*como foram feitos aqui alguns pedidos de esclarecimento por parte do senhor deputado Paulo Baptista, solicito que a senhora chefe de divisão preste esses esclarecimentos.*”

A senhora chefe de divisão disse “*a receita e despesa efetiva é o próprio normativo contabilístico que faz a distinção e também os ativos e passivos financeiros que entram para efeitos de despesa e receita global, também é o normativo que faz essa distinção automaticamente.*”

De seguida o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse “*este é o meu último orçamento, enquanto Presidente de Câmara e digo, também, com muita satisfação e muito orgulho da equipa com que durante estes anos trabalhei, e começo por agradecer a forma como a equipa da divisão financeira, liderada pela Elza trabalhou este documento e em colaboração com todas as nossas divisões, e isto reflete o muito trabalho que os funcionários da câmara fazem e de quem eu tenho muito orgulho e quem, de uma forma muito ambiciosa investimos há muitos anos, em que dissemos que era fundamental a capacitação do Município de Idanha, e capacitação implica termos colaboradores com formação, com ação, determinação e empreendedorismo, para olhar para um concelho que queremos com futuro. Isto também se avalia na evolução dos nossos orçamentos que são feitos e elaborados com os normativos que aqui foram referidos, e não são para inglês ver, são mesmo para serem aplicados, com normas internas que ao longo dos anos fomos trabalhando e, portanto, desde sempre fomos exigentes e cumpridores da legalidade.*

Por isso, neste orçamento, o fator mais importante são de facto os recursos humanos, e são estes recursos humanos que têm conseguido que nós tivéssemos um aumento, de 2014 a 2025, de dezasseis milhões de euros, para quarenta e seis milhões de euros. E que tivéssemos as receitas correntes, em igual período, de quase duzentos por cento, e que tivéssemos aumentado as receitas de capital de setecentos e setenta por cento. Isto denota trabalho que os funcionários e colaboradores deste município fizeram ao longo destes anos.

É evidente que houve também uma estratégia pensada e trabalhada ao longo dos anos, a Idanha Solidária. Foi sempre esta a nossa estratégia, coesão económica e social.

Este orçamento demonstra o quanto ao longo destes anos fomos trabalhando com visão, uma visão de uma equipa que não tendo nada a ver com Idanha, ganhou um concurso público, está a fazer o PDM e veio, na perspetiva deles, demonstrar-nos a visão que deveria ser para o concelho de Idanha e que, não alterando nada na Câmara Municipal aceitamos, porque é a nossa visão. E esta equipa do PDM teve esta frase no dia em que apresentou a proposta do PDM final, que vai ser discutida por nós ainda, e a frase foi esta, estamos esmagados com a estratégia que encontramos neste concelho, palavras textuais desta equipa que aqui veio.

A visão que nos propuseram, e que nós não alteramos uma vírgula, foi esta, marcado pela sua identidade rural Idanha-a-Nova é um concelho de tradição e a inovação cruzam, em perfeita simbiose, assente numa economia verde e sustentável de referência e numa comunidade diversa criativa e inclusiva que o tornam um território atrativo para ver, trabalhar, investir e visitar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Isto é o orçamento que temos para o próximo ano. Este é o orçamento que tivemos em 2014 e que ao longo dos anos fomos trabalhando. Quero aqui, pessoalmente agradecer a todos os que nestes anos colaboraram nesta estratégia. Funcionários da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Juntas de Freguesia, Associações, IPSS e cidadãos em geral do concelho de Idanha-a-Nova. Muito obrigado pelo vosso apoio e de terem estado connosco nesta luta de termos o Município de Idanha de que nos orgulhamos de ser, de estar e um município para o futuro dos nossos filhos.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Mesa perguntou se mais algum senhor deputado queria usar da palavra.

O senhor deputado Paulo Baptista usou da palavra para fazer a declaração de voto e disse “*não há duvida rigorosamente nenhuma que o orçamento irá ser aprovado com os votos que estão presentes nesta assembleia representados pelos deputados, que estão em larga maioria a apoiar o senhor Presidente da Câmara e este executivo camarário.*

Ouvi aqui a apresentação do senhor Presidente da Câmara, e acho que um Presidente de Câmara em fim de mandato, ao apresentar um documento desta natureza tem o direito de estar aqui e tentar mostrar a todos que tentou fazer o melhor. Para se fazer o melhor, também é bom ter uma oposição, e não o ouvi referir isso, provavelmente por lapso, porque a oposição é fundamental nestes casos. Também o ouvi falar muito pouco de uma coisa que foi das Juntas de Freguesia. Quando se fala num concelho, não se pode chamar a si a responsabilidade exclusivamente à Câmara Municipal de executar tudo. A delegação de competências nas Juntas de Freguesia é praticamente nula, uma vez que a única coisa que faz é passar transferências correntes, ao contrário, muito inferior ao que é mandado para as Instituições sem Fins Lucrativos.

Normalmente eu chamo sempre à atenção para o papel fundamental das Juntas de Freguesia e para a importância que se deve dar aos Presidentes de Junta. Quanto aos senhores deputados que me antecederam nesta apresentação, cada um com os argumentos que achou mais válidos, tentou fazer a sua posição. São todas elas dignas de respeito, aprecio muito o trabalho que é desenvolvido por estas pessoas, porque, tal como eu, também receberam mil e duzentas páginas para analisar para vir para esta assembleia.

Às senhoras e aos senhores que aqui estão, eu desejo umas Boas Festas, um Feliz Natal, um Bom Ano Novo, na esperança de que no próximo ano possamos todos estar juntos a celebrar o novo horizonte para Idanha-a-Nova, baseado muito nos conceitos que têm sido dados pelas pessoas aqui presentes e pelo trabalho a ser desenvolvido pelos funcionários da autarquia.

Naturalmente eu irei votar contra o orçamento pelas razões atrás expostas.”

O senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou a palavra e disse “*senhor deputado, eu já disse várias vezes, e senhor deputado, diga-me um exemplo de um Município neste distrito ou neste país, que tenha tantas delegações de competências para as Juntas de Freguesia, e não é só de despesas correntes, de delegações de competências, contratos interadministrativos e todas as Juntas de Freguesia foram tratadas da mesma forma, e não há, que eu saiba, neste país qualquer município que tanto descentralize para as Juntas de Freguesia como o Município de Idanha-a-Nova faz. Portanto, o que o senhor aqui veio dizer não corresponde nada à verdade. As Juntas de Freguesia, e sempre o dissemos, são o suporte fundamental junto das pessoas, e por isso transferimos imensos competências, e não é só dinheiro. E vejam no distrito se há um exemplo como o que temos aqui. No concelho.”*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à *PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2025*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: seis – Grupo Municipal MOVpT e PSD;

Votos de abstenção: um – Hugo Rego

Votos a favor: vinte e um – PS.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM SEIS VOTOS EM CONTRA, UM VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E UM VOTO A FAVOR, APROVARA A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA, RELATIVA À PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2025.”

Terminada a discussão dos assuntos da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do estipulado regimentalmente perguntou se alguém do público queria usar da palavra.

Verificaram-se dois pedidos de intervenção por parte do público.

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à cidadã Graça Pissarra que disse “ *a Comissão de Utentes pela Defesa dos Serviços Públicos no Concelho de Idanha-a-Nova apela à população que se concentre em frente ao Centro de Saúde de Idanha-a-Nova, este sábado 21 de dezembro pelas onze horas. O direito à saúde é feito através do reforço do SNS, lutando por mais e melhores equipamentos, quer sejam Centros de Saúde ou extensões de Saúde nas Freguesias, por mais profissionais e mais meios. É preciso garantir a contratação de profissionais para o SNS, criando condições salariais, estabilidade e de realização profissional no setor público. Por um SNS universal, publico e gratuito, para que todos continuemos a ter acesso a cuidados de saúde dignos.*

Apelamos também aos Presidentes de Junta que mobilizem e forneçam transporte à população.

Por mais médicos no nosso Centro de Saúde. Por mais e melhor SNS.”

De seguida usou da palavra o cidadão João Abrantes que disse “*venho aqui exclusivamente para repor a verdade sobre o que ontem, de forma cobarde, foi transmitido pelo Movimento para Todos nas suas redes sociais. A tal ética de que passam o tempo a falar, mas que raramente praticam.*

A política local, tal como a nacional deve ser exercida com responsabilidade, transparência e compromisso com o bem comum. Contudo, é desolador testemunhar práticas que distorcem estes princípios em benefício de interesses próprios, ou de agendas que nada têm a ver com os cidadãos que representam.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Ontem, tendo sido alvo de um chorrilho de mentiras por parte do Movimento para Todos na sua página de Facebook, não tenho outra alternativa senão a de vir aqui, sem medo, repor a verdade.

Ponto prévio, não foi o João Abrantes, ou o senhor João Abrantes que denunciou possíveis irregularidades entre contratos entre as empresas do senhor vereador José Adelino Gameiro e a Junta de Freguesia de Oledo. Não foi. As denúncias que faço, assino-as. Não tenho os tiques de cobardia que alguns éticos que por aqui passeiam. Mas foi o João Abrantes e as instituições onde ele está, que nos últimos anos foram alvo de onze, repito, onze denúncias anónimas para entidades como a PJ, o Ministério Público, ASAE, a ACT, entre outras. Todas devidamente investigadas e arquivadas.

Mas neste caso apenas uma nota, em onze denúncias não foram encontradas irregularidades, mas neste caso dos contratos, umas horas depois, temos a confirmação que afinal os contratos existem. Agora se são legais ou não, cabe, como disse ontem na reunião de câmara, às instâncias próprias. Mas sobre isto, em vez de explicações públicas claras, o que tivemos foi um ataque de histerismo onde este Movimento disparou indiscriminadamente em todas as direções, quiçá, em vez de esclarecerem a situação, desviarem as atenções, optando por ataques diretos a quem os questiona. Será esta a ética e a transparência que tanto apregoam?

Um desses alvos de histerismo fui eu, que reafirmo, não sou o mentor do Idanha a Mil, mas sim gestor não remunerado do Programa.

Na tentativa de criarem uma campanha de desinformação e manipulação, escondem deliberadamente mapas financeiros e selecionam dados de forma tendenciosa, o Movimento para Todos, para tentarem moldar a opinião pública, apresentando o Programa como uma iniciativa sem rumo, nem seriedade. Esta tentativa de descredibilização é desonesta e ignora os impactos positivos que o projeto tem tido na valorização do território e na promoção de uma Idanha mais inovadora, mais capaz e melhor preparada para fazer do turismo uma parte significativa do seu desenvolvimento financeiro e principalmente social. Ao atacar-me, Este Movimento que tenta atingir a minha pessoa acaba por achincalhar a Filarmónica Idanhense, entidade gestora do projeto, e que já em outras situações tentaram visar. Mas também aqui, inqualificável, acaba por insultar o esforço de todos aqueles que trabalham para construir um futuro melhor para o concelho, nomeadamente as Juntas e Uniões de Freguesia, os promotores, artistas, empresas e empresários e idanhenses, no geral.

Falemos então do Idanha a Mil. Ontem tentou-se criar uma cortina de fuma à volta do programa para me atingir, mas o que não se disse é que este programa, considerado em 2023, um exemplo nacional pelo Turismo de Portugal e que mereceu, relativamente no mesmo período, rasgados elogios de membros, tanto do governo anterior como do atual governo e tem, à data de hoje uma execução de aproximadamente quatrocentos e trinta e oito mil euros. Mas não é uma execução cega, como esta gente quer fazer crer. A Filarmónica Idanhense como entidade gestor do Programa Idanha a Mil, remeteu de um de janeiro de dois mil e vinte e quatro a vinte de novembro de dois mil e vinte e quatro, às entidades locais e regionais, sete relatórios de execução e o último a vinte de novembro de dois mil e vinte e quatro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 21 DE 20-12-2024

Se o Idanha a Mil de dois mil e vinte e quatro dá comichão aos arautos da desgraça, deixem que vos diga que se o projeto de dois mil e vinte e cinco for aprovado, muito vão ter que se coçar, porque o projeto de dois mil e vinte e cinco, mesmo com a inexistência do programa Portugal Events, propomos ainda mais atividade e mais investimento.”

Terminadas as intervenções por parte do público, o senhor Presidente da Mesa desejou a todos os presentes e seus familiares um Santo e Feliz Natal e um próspero Ano Novo.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.